CÂMARA MUNICIPAL ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE 18/06/2025 ORGÃO: ASSESSORIA TÉCNICA

Horário:.14:00	
<u>Tipo de Proposição:</u>	
() Projeto de Lei n°	() Projeto de Resolução
() Emenda n°	() Emenda à Lei Orgânica n°
(X) Veto Total ao PL n°. 102/2025	() Outros
Comissão(ões) para Parecer:	
 () Legislação, Justiça e Redação () Finanças, Orçamento e Tomada de Contas () Saúde Pública, Trabalho e Bem-Estar Social () Urbanismo, Transporte, Trânsito e Meio Ambiente () Controle da Execução Orçamentária e Financeira do Município () Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer () Direitos Humanos, Cidadania e de Defesa das Pessoas com Deficiência () Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor (X) Comissão Especial 	
Conclusão do Parecer:	
() Constitucional () Inconstit	tucional () Diligência
(x) Manutenção do Veto () Rejeiçã	áo do Veto
Outras considerações, se necessário	
Assinaturas:	
COMISSÃO ESPECIAL	
Heatdo Antonio Ja 5 lua	Greston S
	Greston Henrique de Souza VEREADOR nandes de Oliveira EADOR

RECEBIDO NA SECRETARIA GERAL POR EM ____/___



COMISSÃO ESPECIAL

Parecer ao veto total aposto ao **Projeto de Lei nº 102/2025**, de autoria do Executivo que: "Altera o art. 1º da Lei Municipal n.º 3.874, de 26 de outubro de 2018 que autoriza o servidor público municipal a se ausentar do trabalho no dia de seu aniversário"

I - RELATÓRIO

Trata-se de veto total aposto ao Projeto de Lei nº 102/2025, que ao fundamentar suas razões para obstar sua sanção, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal arguiu, em sua mensagem, que o referido projeto ainda que não configure vicio formal de iniciativa, produz efeito material que interfere diretamente na organização dos serviços públicos sob responsabilidade do Executivo, ensejando a necessidade de veto total ao projeto.

Segundo o executivo, a inserção dos dispositivos que autorizem o servidor a se ausentar do trabalho no primeiro dia útil subsequente ao seu aniversário, quando este coincidir com sábado, domingo ou feriado, ponto facultativo, gera reflexos imediatos na gestão administrativa de pessoal. Trata-se de matéria diretamente ligada a organização funcional interna das repartições publicas, cuja definição compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, conforme estabelecido no art. 51, inciso II, da Lei orgânica do Município de Ipatinga.

A redação Final do Projeto compromete o principio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal) ao permitir ausências funcionais em dias úteis com potencial prejuízo a prestação de serviços essenciais, o que impacta diretamente na continuidade administrativa e no planejamento da força de trabalho.

Alem disso, o executivo retrata que embora as emendas parlamentares não sejam, por si só, inconstitucionais, a jurisprudência do STF e firme ao reconhecer que modificações introduzidas pelo Legislativo que interfiram na estrutura organizacional e administrativa do Executivo configura vicio material de inconstitucionalidade, ainda que não haja vicio formal de iniciativa.

Alem disso, a proposição pode implicar em impacto orçamentário e administrativo, ainda que indireto, ao afetar a regularidade da prestação dos serviços públicos, sobretudo nas areas

Greaton S Atel O

essenciais como educação, saúde, segurança. Assim, não foi apresentada qualquer estimativa de impacto orçamentário-financeiro, tampouco indicação de fonte de custeio em flagrante afronta ao disposto no art.16 da Lei complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade Fiscal).

Portanto, a proposição, da forma como foi aprovada, afronta os princípios da separação dos poderes, da eficiência, da legalidade e da continuidade do serviço público, alem de apresentar ingerência indevida do Legislativo na organização dos serviços sob responsabilidade do Executivo.

Passamos, pois, à fundamentação desta Comissão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O veto, seja por conveniência ou por questões jurídicas é fruto do contratualismo e concretiza o sistema secular de freios e contrapesos na tripartição dos poderes, constituindo, portanto, prerrogativa do Poder Executivo sua oposição a projeto de lei.

É de se destacar a necessidade de ser observado o artigo 258, §§ 1º e 3º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que trata da contagem de prazo para apresentação de veto a Projeto de Lei, comunicando suas razões, o que foi observado pelo Chefe do Poder Executivo.

No caso em exame, o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, ao apreciar o projeto em epigrafe, decidiu vetá-lo totalmente, por considerar que este afronta os princípios da separação dos poderes, da eficiência, da legalidade e da continuidade do serviço publico, alem de representar ingerência indevida do Legislativo na organização dos serviços sob responsabilidade do Executivo.

Entretanto, tais fundamentações não merecem prosperar, vejamos.

Inicialmente, temos que destacar que o projeto é de iniciativa do próprio executivo, não há que se falar em vicio de iniciativa. No presente caso, não se trata de alteração do regime jurídico dos servidores, tampouco de criação de cargos, funções ou aumento de despesas, mas sim de concessão de benefício simbólico e de baixo impacto, já previsto na legislação municipal, por meio de alteração pontual da Lei nº 3.874/2018, que já prevê o afastamento no dia do aniversário. Portanto, trata-se de matéria de competência concorrente e não de competência privativa do Executivo, podendo ser objeto de iniciativa parlamentar

Greaton G Atich O



O Supremo Tribunal Federal (STF) tem reiteradamente decidido que normas que estabelecem pequenas vantagens, benefícios ou concessões de ponto facultativo ou licenças eventuais aos servidores não configuram vício de iniciativa quando não interferem diretamente na estrutura organizacional, no regime jurídico, nem acarretam impacto financeiro relevante ao ente público.

Fato outro, é que a emenda apresentada somente incluiu os servidores da Câmara Municipal e os feriados Estaduais e pontos facultativos, nesta ceita não há que se falar em impacto financeiro e mais estranhamente é que o próprio projeto não veio com o impacto incialmente.

III – CONCLUSÃO

Greation S

GRESTON HENRIQUE

Em que pese os apontamentos da Assessoria Técnica, essa comissão especial opina pela manutenção do veto aposto pelo Chefe do Executivo ao Projeto de Lei nº 102/2025.

Plenário Elísio Felipe Reyder, 18 de junho de 2025.

COMISSÃO ESPECIAL

NIVALDO ANTONIO DA SILVA

Vereador Vereador

ADIEL OLIVEIRA

Vereador



Página de assinaturas

Adiel Oliveira 459.433.466-00

Athel ()

Signatário

Greston Souza

veston S

075.333.596-40

Signatário

Mustdo Antonio da 5.las

Nivaldo Silva 975.944.236-15 Signatário RECEBEMOS

- Secretaria Geral - CAII

Secretaria Geral 034.247.546-09 Recipiente

HISTÓRICO

18 jun 2025 15:24:56



Comissoes De Vereadores criou este documento. (Email: comissoes@camaraipatinga.mg.gov.br)

18 jun 2025 15:31:19



Nivaldo Antônio da Silva (Email: ver.nivaldo@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 975.944.236-15) visualizou este documento por meio do IP 152.255.124.122 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil

18 jun 2025 15:31:25



Nivaldo Antônio da Silva (Email: ver.nivaldo@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 975.944.236-15) assinou este documento por meio do IP 152.255.124.122 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil

18 jun 2025 15:31:08



Greston Henrique de Souza (Email: ver.guequim@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 075.333.596-40) visualizou este documento por meio do IP 177.128.80.128 localizado em Governador Valadares - Minas



visualizou este documento por meio do IP 177.128.80.128 localizado em Governador Valadares - Minas Gerais - Brazil

18 jun 2025 15:31:11



Greston Henrique de Souza (Email: ver.guequim@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 075.333.596-40) assinou este documento por meio do IP 177.128.80.128 localizado em Governador Valadares - Minas Gerais - Brazil

18 jun 2025 15:29:43



Adiel Fernandes de Oliveira (Email: ver.adiel@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 459.433.466-00) visualizou este documento por meio do IP 152.255.120.44 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil

18 jun 2025 15:29:45



Adiel Fernandes de Oliveira (Email: ver.adiel@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 459.433.466-00) assinou este documento por meio do IP 152.255.120.44 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil

18 jun 2025 15:25:54



Assessoria Técnica (Email: assessoria.tecnica@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 109.034.346-95) visualizou este documento por meio do IP 177.128.80.128 localizado em Governador Valadares - Minas







Autenticação eletrônica 6/6 Data e horários em GMT -3:00 Sao Paulo Última atualização em 18 jun 2025 às 18:27 Identificador: 21250bf5ed4ca8b40d0c5f69a958dcfe43db610e8e17407c2

Gerais - Brazil

18 jun 2025 18:27:40

Secretaria Geral (Email: secgeral@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 034.247.546-09) acusou recebimento este documento por meio do IP 191.243.213.41 localizado em Periquito - Minas Gerais - Brazil



